

sional e posteriormente em regime de prestação de serviços, tendo acompanhado e participado na análise técnica, económica e financeira de projectos de investimento no âmbito do PAMAF — medida n.º 2 [Regulamento (CEE) n.º 2328/91], na operacionalização do programa operacional «Seca/95 — Apoio a obras de hidráulica agrícola para abeberamento animal» e preparação e implementação da metodologia aplicada pela DRAAL na validação do investimento executado no âmbito da PAMAF.

Despacho (extracto) n.º 11 053/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número de unidades flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, tendo, por meu despacho de 5 de Abril de 2007, sido criadas as unidades e definidas as respectivas competências, urgindo nomear os respectivos dirigentes por forma que não se verifiquem quaisquer paralisações no normal e desejável funcionamento daquelas.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio o técnico superior principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo licenciado em Economia António Manuel Coelho Freire para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão de Gestão Financeira e Patrimonial desta Direcção Regional.

A presente nomeação é fundamentada no perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e na competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da nota curricular anexa ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 5 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Abril de 2007. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

Nota curricular

António Manuel Coelho Freire, casado, natural de Viana do Alentejo, nascido em 17 de Novembro de 1971.

Formação académica — licenciatura em Economia, na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa.

Outras formações relevantes:

Pós-graduação em Gestão de Sistemas de Informação, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

Curso de especialização do mestrado em Economia, na área de especialização em Economia Regional, na Universidade de Évora.

Curriculo profissional:

De Março de 2003 a Março de 2007 — desempenhou funções técnicas na Direcção de Serviços de Planeamento e Política Agro-Alimentar, na Divisão de Estudos da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, no âmbito da medida AGRIS — Medida Agrícola e Desenvolvimento Rural, dos programas operacionais regionais, nomeadamente no acompanhamento de candidaturas e na análise e processamento de pedidos de pagamento;

Em 25 de Agosto de 2006 — promovido, precedendo concurso, a técnico superior principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

De 1998 a 2003 — desempenhou funções técnicas na Direcção de Serviços de Desenvolvimento Rural, na Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo e na Divisão de Qualificação Profissional da DRAAL, efectuando a análise e acompanhamento de candidaturas nos domínios da medida n.º 2, «Ajudas à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas», da medida n.º 4, «Investigação, experimentação e demonstração, formação, organização, divulgação e estudos estratégicos», da medida n.º 5, «Incentivos aos produtos tradicionais regionais», e da medida n.º 6, «Formação e educação», do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal e INTERREG II — Programa de Iniciativa Comunitária para a Promoção e a Cooperação Transfronteiriça Inter-Regional.

Em 1 de Março de 2001 — promovido, precedendo concurso, a técnico superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

Em 27 de Outubro de 1999 — ingressa, precedendo concurso, na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

Em Abril de 1996 — iniciou funções na Direcção de Serviços de Valorização do Meio Rural, na Divisão de Associativismo e Formação Profissional da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, desempenhando tarefas nas áreas de criação e funcionamento das organizações e agrupamentos de produtores e de formação profissional.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 11 054/2007

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do n.º 3 do artigo 12.º e do n.º 2 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, é nomeado, em regime de comissão de serviço, para o cargo de subdirector-geral da Autoridade para as Condições do Trabalho o licenciado José António de Oliveira Tavares.

A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão do visado e tem, ainda, como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 9 Maio de 2007.

9 de Maio de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

Nota curricular

José António de Oliveira Tavares, 57 anos, licenciado em Direito (Ciências Jurídicas Políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em 1986. Frequentou diversos cursos de formação e participou em ciclos de estudos, congressos, conferências, seminários, colóquios, jornadas e encontros sobre temas da área das condições gerais de trabalho, segurança, higiene e saúde no trabalho e outros conexos com as actividades desenvolvidas, nomeadamente formação de formadores, informática na óptica do utilizador e para dirigentes, gestão de conflitos e técnicas de negociação colectiva, novas tecnologias na modernização administrativa, o direito do trabalho, a segurança e saúde no trabalho, nos mais diversos aspectos e sectores (construção civil, mediação imobiliária, agricultura, têxtil, segurança privada, trabalho temporário, organização do trabalho, riscos profissionais, organização dos serviços de prevenção nas empresas e acidentes de trabalho e doenças profissionais). Actualmente é inspector superior principal do quadro de inspecção superior do ex-IDICT/IGT, na Subdelegação do Barreiro da IGT — Inspecção-Geral do Trabalho, onde exerce funções inspectivas desde 2002. Ingressou em 1 de Novembro de 1971 no Ministério do Trabalho e Segurança Social, Secretaria de Estado da Segurança Social na carreira de preceptor da Casa Pia de Lisboa; em 20 de Julho de 1987, foi nomeado técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Inspecção-Geral do Trabalho; em 12 de Junho de 1991, foi nomeado técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Inspecção-Geral do Trabalho; de 21 de Junho de 1993 a 21 de Junho de 1996, foi nomeado, em comissão de serviço, subdelegado do IDICT/IGT, no Barreiro; de 10 de Julho de 1996 a 20 de Dezembro de 1999, foi nomeado, em comissão de serviço, delegado do IDICT/IGT, em Almada, e de 20 de Dezembro de 1999 a 22 de Outubro de 2002, foi nomeado, em comissão de serviço, subinspector-geral do Trabalho. Integrou o grupo de coordenação, a nível central, por parte da Inspecção-Geral do Trabalho, da articulação das acções de inspecção e troca de informação entre a DGCI, a IGT e os CRSS (protocolo — *Diário da República*, 2.ª série, de 22 de Outubro de 1997); integrou o grupo de trabalho para a implementação do novo regime das contra-ordenações laborais (1999). Coordenou grupos de trabalho, designadamente o grupo de trabalho para o estudo das causas e extensão do fenómeno do trabalho não declarado ou declarado em fraude à lei, constituído no âmbito da UCLEFA (1999), e o grupo de acompanhamento do desenvolvimento e implementação do novo sistema de informação — informatização do IDICT/IGT. Enquanto dirigente regional do IDICT/IGT desenvolveu experiências piloto no domínio do combate ao trabalho clandestino, em estreita articulação com outros serviços regionais e com a direcção central da Inspecção-Geral do Trabalho; participou na concepção e experimentação de novas metodologias inspectivas em todas as áreas no âmbito da Inspecção-Geral do Trabalho e do sistema de articulações com outros sistemas inspectivos; dinamizou processos e abordagens nacionais em vários sectores de actividade; participou na concepção e dinamização de metodologias e programas inspectivos integrando o combate ao trabalho ilegal e a segurança e saúde no trabalho.

Como dirigente nacional da IGT, e no âmbito das suas competências, representou o Ministério do Trabalho e a IGT em diversos organismos, tais como o CIME — Comissão Interministerial para o Emprego; a Comissão Mista Luso-Alemã; a UCLEFA — Unidade de Coordenação da Luta contra a Evasão e a Fraude Fiscal e Aduaneira; a Comissão Técnica Nacional — Cessão do Contrato de Trabalho por Mútuo Acordo; o CNCETI — Conselho Nacional contra

a Exploração do Trabalho Infantil; o PNE — Plano Nacional de Emprego; o conselho geral do IDICT e a cooperação com outros sistemas inspectivos e organismos de prevenção de outros países. Participou, no âmbito das articulações e acções conjuntas e de informação, em representação da Inspecção-Geral do Trabalho, em reuniões de trabalho e nas apresentações às entidades representadas na comissão executiva da UCLEFA (Unidade de Coordenação da Luta contra a Evasão e a Fraude Fiscal e Aduaneira), criada no âmbito do Ministério das Finanças, tendo como objectivo principal a coordenação da prevenção e repressão fiscal e aduaneira entre os diferentes organismos e entidades cujas actividades se inscrevem no combate a fenómenos desta natureza.

Despacho n.º 11 055/2007

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do n.º 3 do artigo 12.º e do n.º 2 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, é nomeada, em regime de comissão de serviço, para o cargo de subdirectora-geral da Autoridade para as Condições do Trabalho a licenciada Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar.

A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão da visada e tem, ainda, como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 9 Maio de 2007.

9 de Maio de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

Nota curricular

Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar, casada, 53 anos, licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra (Ciências Jurídico-Económicas). Directora de serviços de Apoio à Gestão da Inspecção-Geral do Trabalho, desde 13 de Outubro de 2005, competindo-lhe a gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais. Iniciou funções públicas em 5 de Outubro de 1980 no então Ministério da Educação e Cultura como docente do ensino secundário (7.º grupo). Assistente de 2.ª classe na Direcção-Geral das Relações Colectivas de Trabalho (Outubro de 1985 a Novembro de 1989) e assistente de 1.ª classe a partir de 27 de Novembro de 1989. Colocada na Inspecção-Geral do Trabalho, no Centro Coordenador Regional do Centro da IGT, a partir de 16 de Outubro de 1989, passando a realizar auditorias internas aos serviços da IGT/IDICT.

Integrada no Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho com a categoria de técnico superior de 1.ª classe e promovida à categoria de técnico superior principal, por despacho de 18 de Abril de 1994.

Colocada na Direcção de Serviços de Apoio à Gestão do IDICT, a partir de 31 de Julho de 1996. Requisitada para a Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça (IGSJ), com efeitos a 15 de Janeiro de 2001, e, em 30 de Março de 2001, transita para a carreira de inspector superior, sendo integrada na categoria de inspector superior do quadro da IGSJ. Transferida para o quadro de pessoal de inspecção do IDICT, com efeitos a 20 de Maio de 2002, e nomeada na categoria de inspector superior principal do quadro de inspecção do ex-IDICT, com efeitos reportados a 1 de Abril de 2004. Directora de serviços de Administração e Gestão da Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça, de Abril de 2001 a Outubro de 2005. Monitoragem de estágios e cursos de formação profissional no âmbito do direito do trabalho, direito administrativo e regime da função pública. Técnica executora de acções do «Projecto integrado de inspecção e segurança no trabalho», realizadas na República Popular de Angola, no âmbito do acordo de cooperação com os PALOP (1997 e 1998). Membro de júris de concursos de pessoal e para cargos dirigentes. Integração em vários grupos de trabalho designados para a preparação de auditorias internas e para a revisão das carreiras do IDICT/IGT.

Outras actividades — monitoragem de estágios e cursos de formação profissional no âmbito do direito do trabalho, direito administrativo e regime da função pública.

Formação complementar — estágio de advocacia, tendo, ainda, frequentado vários cursos de formação e participado em diversos seminários, cujos temas se relacionam com direito do trabalho, auditoria, gestão de recursos humanos, gestão financeira, contratação pública e organização do trabalho, bem como o FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública.

Despacho n.º 11 056/2007

1 — Com a publicação dos diplomas que concretizam o processo de reorganização dos serviços do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), decorrente da nova orgânica, preconizada pelo Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro,

na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determina-se a manutenção das comissões de serviço dos seguintes titulares de cargos de direcção superior do 2.º grau:

- 1) Secretários-gerais-adjuntos do MTSS;
- 2) Subdirectores-gerais do Emprego e das Relações de Trabalho.

2 — O presente despacho produz efeitos no dia 1 de Junho de 2007.

31 de Maio de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Despacho n.º 11 057/2007

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 2.º, n.ºs 3 e 4, e 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado Rui Henrique Lente Crujeira, administrador hospitalar de 2.ª classe do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E., para exercer funções de assessoria ao meu Gabinete, em regime de destacamento, designadamente para a realização de estudos na área da sua especialidade.

2 — Pelos estudos referidos no número anterior é atribuída a remuneração mensal de € 1500, atualizável anualmente de acordo com o aumento que for estabelecido para a função pública, a suportar por verbas afectas ao meu Gabinete.

3 — A nomeação é feita pelo período de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos, podendo ser revogada a todo o tempo.

4 — O presente despacho substitui o despacho n.º 10 064/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 5 de Maio de 2005.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

2 de Maio de 2007. — O Secretário de Estado da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*.

Despacho n.º 11 058/2007

1 — Nos termos do disposto do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, em regime de destacamento, José Carlos Teixeira de Carvalho, motorista da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, para exercer funções no meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 16 de Maio de 2007.

14 de Maio de 2007. — O Secretário de Estado da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*.

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Sub-Região de Saúde de Setúbal

Aviso n.º 10 318/2007

1 — Devidamente homologada pelo coordenador da Sub-Região de Saúde de Setúbal em 10 de Maio de 2007, e em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 33.º e no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, publica-se a lista de classificação final do concurso interno geral de ingresso para provimento de 66 lugares na categoria de enfermeiro do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Saúde de Setúbal, aprovado pela Portaria n.º 772-B/96, de 31 de Dezembro, autorizado por despacho do coordenador sub-regional de Saúde de Setúbal de 18 de Março de 2003, publicado pelo aviso n.º 1069/2005 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 24, de 3 de Fevereiro de 2005:

Candidatos	Classificação
1.º Célia Susana Batista dos Santos da Silva	19,4
2.º Ana Maria Amaral Rodrigues	19,385
3.º Dina Cândida Esteves Cavaco Ramos	19,097 5
4.º Carla Sofia Ramalho Conchinha Ramusga	19
5.º Catarina Maria Caldeira da Silva Lopes	18,982 5
6.º Carla Marina Negrinho do Vale de Matos	18,777 5